ATA 192

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, por videoconferência e hibrido na Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, os Intérpretes de Libras Saulo dos Santos Henrique; Barbara Peres, o Coordenador da Educação Especial (SED) Sr. Anderson Rodrigo Floriano, a representante da Escola particular de Joaçaba, Sra Josiane Olivo Arruda e o Diretor Luciano Mendes. Com a participação dos conselheiros titulares e suplentes: Fabiani Cabral Lima (SAS), Sabrina Mores (SAS), Leticia de Azambuja Rau (SAS), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), André Luiz Justo (SIE), Márcia M.L.Buss (SED), Tatiana de Almeida Sada (FESPORTE), Juliana Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), Sandra Lúcia Amorim (Asgf), Paulo Sérgio Suldóvski (Ajidevi), Janice Aparecida Steidel Krasniak (AAD), Jairton Fabeni Domingos (Comped Navegantes), Jussara Capeli Stanga (Comde Pinhalzinho). Ausências Justificadas: Francini Mylena dos Santos (SAS), Jane Márcia dos Santos (SAS), Sabrina Vieira da Luz (SES), Franciane Renata Panassolo Lodi (FEAPAEs), Alvacir Paulo da Silva (FECEC), Anselmo Alves (APAR).1- Abertura / apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. O Presidente Paulo dá boas vindas a todos desejando uma boa reunião. 2- Leitura e aprovação da pauta. O Presidente Paulo solicita ao Secretário Alexandre se tem alguma inclusão de pauta. O Secretário Alexandre relata que temos algumas inclusões para essa pauta, recebidas ao Conede: Despacho da 33ª Promotoria do MPSC sobre os remédios fornecidos pelo SUS; O Ad Referendum: Dispõe sobre a implementação do sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina – PL 059/2023. Denúncia do gabinete do Vereador de Florianópolis sobre Escola Estadual. O Conselheiro Jairton Fabeni solicita pauta sobre o passe intermunicipal. O Presidente Paulo solicita se todos Conselheiros aceitam as modificações, na qual foi aprovada. 3- Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes. O Secretário Alexandre fala que alguns Conselheiros justificaram suas ausências, na qual serão inseridas na ata, na qual foi aprovada. 4- Aprovação da Ata 191. O Presidente Paulo pergunta se todos receberam a ata finalizada e questiona se alguém gostaria de fazer alguma alteração. A ata foi aprovada por unanimidade. 5- Resposta da SED – Denúncia do Edital Professor ACT / Denúncia do gabinete do Vereador de Florianópolis sobre Escola Estadual. O Presidente Paulo abre a palavra para o Convidado da Secretaria de Estado da Educação, Sr Anderson Rodrigo Floriano. Anderson solicita que o Secretário Alexandre faça a leitura do documento enviado pela SED ao Conede. O Secretário Alexandre faz a leitura: Considerando o serviço a ser ofertado pela Secretaria de Estado da Educação (SED), por meio do Professor Bilíngue, o qual oferece suporte e acompanhamento na aprendizagem de estudantes com surdez, usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que não tenham fluência na LIBRAS, nas classes regulares e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e levando em conta as atribuições de competência deste profissional: I. Tomar conhecimento antecipado do planejamento do(s) professor(es) regente(s), para organizar e/ou propor adequações curriculares e procedimentos metodológicos diferenciados para as atividades pedagógicas planejadas; II. Participar do conselho de classe; III. Participar com o (s) professor (es) regente (s) das orientações (assessorias) prestadas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pelos profissionais que atuam no atendimento especializado de caráter reabilitatório e ou habilitatório; IV. Cumprir a carga horária de trabalho, permanecendo e participando em sala de aula, mesmo na eventual ausência do estudante surdo; V. participar de capacitações na área de educação; VI. Auxiliar o (s) professor (es)

regente(s) em todas as disciplinas e nas atividades extraclasses promovidas pela escola; VII. Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola; VIII. Elaborar e inserir o relatório pedagógico descritivo do (s) estudante (s) no devido campo do “Professor On-line”, informando o nível linguístico do estudante, se é usuário da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou se usa outro sistema de comunicação de forma articulada com o professor do AEE e do Instrutor da LIBRAS. Nesse contexto, a Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares, no âmbito da Diretoria de Ensino, ratifica que: ● As vagas de Professor Bilíngue que serão ofertadas no Processo Seletivo dos Professores ACTs não são vinculadas a “turmas bilíngues”, mas sim a turmas de Classe Comum, em que o estudante surdo é matriculado em uma turma com estudantes ouvintes e que são atendidos por professores regentes ouvintes. Assim sendo, a comunicação entre os pares é compreensível, o que não acarreta prejuízos para o processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo. ● A oferta do serviço de acessibilidade é para o estudante surdo, ou seja, ele sendo surdo sem fluência em LIBRAS terá acesso a um professor bilíngue para atuar com ele no processo de sua aprendizagem. Todavia se o professor bilíngue não ouvir a exposição oral ministrada pelo professor regente em suas aulas, comprometerá o repasse da informação e o processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares ministrados. O Estado não poderá contratar um intérprete de Libras para estas situações. ●. Na ausência de um intérprete de Libras na unidade escolar, onde há Professor de LIBRAS, quem faz a interpretação para este profissional em reuniões pedagógicas, atividades extracurriculares, entre outras ações coletivas, é o Professor Bilíngue ouvinte. Vale destacar, também, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. No capítulo III, que trata da formação do professor e do instrutor de Libras, normatiza-se que: Art. 7º - Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de Educação Superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis: (...) III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação. Nesta toada, o próprio decreto traz o profissional “ouvinte” com vínculo à função de Professor Bilíngue, posto que, entende que um profissional ouvinte conseguirá se comunicar de forma adequada com todos os sujeitos envolvidos nesse processo inclusivo. Em face do exposto, solicitamos ao Secretário de Estado da Educação que encaminhe Ofício à Associação de Pais, Amigos e Surdos de Laguna/SC, por meio do endereço eletrônico, manifestando o parecer da Diretoria de Ensino, Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares, e da Diretoria de Gestão de Pessoas. Este foi o relatório, na qual o Secretário de Estado da Educação ratifica o mesmo. O coordenador Anderson fala que fica a saudação a todos os conselheiros principalmente a Conselheira Sandra que é representante da comunidade Surda. Essa informação que foi lido agora em forma de relatório, a informação 907/2023, e remetida ao Conede e também a Associação dos Surdos de Laguna, pois foi nessa Associação que foi demandada esta pauta. Além disso dois processos também foram respondidos a Promotoria de Justiça, e por enquanto não recebemos nenhuma devolutiva de decisão que determinasse ao contrario que precisaríamos cancelar esta parte do edital ou coisa parecida, por enquanto temos esse assunto como arquivado e um edital em funcionamento vigente. Lembrando que esse edital foi elaborado de acordo com os editais anteriores e dentro da lei vigente de acordo com a

Educação Especial em Santa Catarina. No oficio foi colocado que a Secretaria de Estado da Educação está aberta para que criamos um grupo de trabalho, com sua maioria com profissionais surdos, pois o Conselho Estadual de Educação, está revisando a resolução número 100 de 2016, que fundamenta todo trabalho da educação especial no Estado. Inclusive aproveito a oportunidade, Presidente Paulo, para quando esse grupo de trabalho for criado, o Conede com certeza será convidado a estar presente participando do grupo também, e eu gostaria muito que a Conselheira Sandra fosse designada nesse grupo representando o Conede. Este é o posicionamento da SED neste momento. O Presidente Paulo agradece ao Coordenador Anderson pelas informações e deixa a palavra aberta se algum Conselheiro queira se manifestar. A Conselheira Sandra fala que compreendeu claramente qual a posição da Secretaria de Estado da Educação, eu aceito sim de participar deste grupo de trabalho, desta discussão tão importante. O Presidente Paulo pede ao Coordenador Anderson se pode manifestar sobre denúncia do Vereador de Florianópolis sobre Escola Estadual. O Coordenador Anderson diz que leu na integra a denúncia, e o que tem a relatar que nós repudiamos qualquer tipo de violência contra estudante na escola, por se tratar de uma denúncia por se tratar de nome de um Servidor, por segurança jurídica, nós não podemos nos manifestar publicamente, o que eu recomendo, via SGPe um pedido de informação para o setor jurídico da SED, pois já passou por sindicância investigativa e disciplinar, vou colocar no chat o endereço via sistema fazendo o pedido de informação. O Presidente Paulo, diz que vai acompanhar esta denúncia e agradece ao Coordenador Anderson por sua participação em nossa reunião. O Coordenador Anderson agradece pela participação nesta plenária, pela segunda vez e a Secretaria de Estado da Educação está sempre aberta para este Conselho. 5- Denúncia de mãe com filho Autista – Escola de Joaçaba. O Presidente Paulo pergunta se os representantes da Escola, estão presentes. A Conselheira Janice relata que no mês de dezembro fez contato com a gerente da Escola e conforme falei no grupo do Conede que temos que ouvir as partes, na minha opinião como educadora, nota de repúdio não resolve e teríamos que conversar com os representantes da Escola, para ouvirmos as partes. O Presidente Paulo relata que em dezembro recebeu ligação de uma mãe de aluno com autismo, com algumas questões e pedimos ela documentado, e nossa conselheira Janice ficou responsável de fazer o contato com a Escola, por todo rol de conhecimento que agradecemos pela sua contribuição e hoje o pessoal da escola poderá fazer os esclarecimentos. A Coordenadora dos anos iniciais da Escola, Sra Josiane relata que o atendimento inclusão sempre muito sensível para atender a todos. A ocasião foi o auto de natal que ocorreu em nossa escola, com apresentações culturais, atividade extracurricular, e tivemos um grande sucesso, pois não é fácil fazer com crianças esse tipo de apresentação onde em torno de 2 mil pessoas estão assistindo. O evento foi todo montado com luz, palco e todo cuidado, pois a criança com autismo, nesse caso nunca tinha contato com palco, não sabia como ele se comportaria. Foi tudo informado a mãe, de que maneira iria acontecer, tudo com dialogo. Nos ensaios ele não aceitava muito o palco, no terceiro dia ele gostou do palco, descer e subir ao palco pela rampa e escada, e no dia da apresentação, onde ele aceitou melhor a entrada, com adereços e todos construindo juntos. Ele chegou no evento, muito nervoso, muito agitado, havia acabado o alimento que ele estava comendo, e ele estava muito agitado, a mãe deixou ele assim e ele foi regulado pelos profissionais da escola, e se ele se desregular, deixa ele. Ele não queria esperar, ele queria ir direto para o palco, ele entrou um pouco antes da turma dele e o pessoal que regula as luzes não se deu conta que ele já estava no palco, as luzes estavam apagadas, e eles iriam colar flores, papeis, que ele gosta muito, de fazer o movimento de colar as flores

nas arvores. O que causou desconforto foi ele caminhar livremente no palco sozinho e depois ele faz todo processo, e ocorreu o restante da apresentação normalmente. A Conselheira Janice diz que ficou bem claro, nós que somos educadores, temos que trabalhar com improviso, sempre dá um contratempo, estratégias, pois na educação especial mais ainda e sempre importante ouvir os dois lados. A Coordenadora Josiane coloca que sempre nos colocamos em construção, não porque somos educadores vamos saber tudo, mas estamos sempre em processo deste aprender, sobretudo na educação especial. Essa apresentação foi transmitida ao vivo, ninguém tinha percebido a situação do aluno ali caminhando sozinho no palco, e isso tudo só tomou destaque, porque a mãe do aluno divulgou o vídeo em grupos e nesse pequeno fragmento da apresentação no palco. A gente não pediu para tirar o vídeo do canal, pois se assistir o vídeo completo, não se percebe o ocorrido, e sim somente quando foi compartilhado esse momento do aluno estar caminhando sozinho no palco. Estamos aqui sempre à disposição do Conselho, para o Grupo Marista, tem investido mais sobre o atendimento aos alunos, e estamos abertos para a construção da superação e para o aluno foi extraordinário. O Presidente Paulo pergunta como está o diálogo com a mãe do aluno, se houve a conciliação. A Coordenadora Josiane fala que em referência a este assunto em especial, não retomamos, ela trouxe a situação para o Diretor anterior, o antigo gestor, tivemos três momentos com ela, esse ano, pedagogicamente falando, preparando para 2024 o material didático. O recado que deixo a todas as mães de inclusão, que o dialogo tem que ser o mais importante, não querer as coisas na agressividade e tudo mais, mas sim com amor e dialogo, para que haja mais aceitação na comunidade escolar, com inclusão a todos. Temos que construir pontes, nosso atendimento será da melhor maneira possível. O Presidente Paulo, coloca o Conede a disposição da Escola e da mãe também, para que se mais alguma demanda chegar neste conselho, iremos atender. A Conselheira Janice diz que vai ter uma capacitação em Chapecó sobre o autismo, vamos comunicar a Escola de vocês se quiserem participar, bem na área da educação com autismo. O Presidente Paulo agradece a participação de todos. 6- Resposta da Prefeitura de Nova Trento – Concurso Público vaga PCD. O Presidente Paulo solicita a leitura da resposta ao Secretário Alexandre, na qual lê o oficio da prefeitura de Nova Trento nº 42/2023 que justifica estar de acordo com a Lei na vaga da Pessoa com Deficiência. O Presidente Paulo, diz que o que o Conede poderia ter feito, pedido esclarecimentos, já foi feito e o candidato se sentir lesado, deverá buscar os meios judiciais, conforme já respondido via e-mail do Conselho.7- Relatório de Atividades do Conede ano 2023. O Presidente Paulo fala que o relatório será encaminhando por e-mail e se algum Conselheiro tiver mais alguma sugestão que falte ao relatório, pode enviar que o Secretário Alexandre irá inserir. 8- Oficio COMDE Lages – valor do ICMS para automóveis para PCD. O Presidente Paulo solicita a leitura. O Secretário Alexandre lê o ofício 061/2023 do COMPED Lages: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência-COMPED, do município de Lages/SC, vem, respeitosamente, com amparo no que dispõe os artigos 4º E 46º da Lei 13.146/2015, apresentar sugestões para alterar a Lei 4078 do RICMS/SC artigo 38 *inciso* II que se seguem. A recomendação/solicitação para alteração do referido inciso supracitado tem como objeto promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos com deficiência física e mental que residem no estado de Santa Catarina, ao mesmo tempo em que busca adequar o valor limite para a concessão da isenção do ICMS à realidade econômica do país. A medida proposta já alterada em âmbito de lei federal, mas que precisa de regulamentação estadual. Essa ampliação do valor para isenção de ICMS, visa assegurar o acesso aos benefícios fiscais de maneira mais abrangente, contribuindo para a promoção da igualdade e o pleno exercício da

cidadania. A compra de veículos adaptados vem sofrendo com aumentos significativos, não se enquadrando na faixa estabelecida atualmente. À vista de todo o exposto, solicita a alteração deste artigo 38 no seu inciso II do RICMS/SC 4.078 na qual pedimos para fazer uma nova redação deste contemplando os contribuintes com deficiência física e mental com acesso as isenções do ICMS aumentando o valor da compra do carro dos atuais R$ 100.000,00 (cem mil reais) para R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), equiparando o valor com o valor do ente federal, abrindo um leque mais de opções para o contribuinte. Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos. A Conselheira Janice fala que o Deputado já enviou ao Governador pedindo a alteração do valor do desconto no ICMS para aquisição de carros zero km para PCD. O Presidente Paulo fala que essa demanda é bastante importante, porque os valores dos veículos aumentaram muito, e as Pessoas com Deficiência ficam sem muitas opções de compra com descontos. O Conselheiro Fabeni fala que tem acompanhado a discussão sobre o aumento do valor do desconto no ICMS, pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Secretários de Fazenda, nos últimos meses teve várias reuniões e não está entrando na pauta este assunto, pois os Secretários de Fazenda não aceitam aumentar o valor do desconto, colocaram os 100mil reais, mas no limite de 70mil e o que passar desse valor se paga a diferença do ICMS, sobre alguns patamares. Essa discussão foi toda o ano passado, e sem aprovação no CONFAZ, não tem como aumentar o valor do desconto. O Presidente Paulo delibera para enviar um ofício ao Secretário de Estado da Fazenda solicitando o aumento do desconto do ICMS para veículos zero km para Pessoa com Deficiência. 10- Repasse sobre a V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Presidente Paulo solicita que o Secretário Alexandre fale sobre este item da pauta. O Secretário Alexandre relata que tivemos 41 conferências, entre municipais e regionais, sendo que ainda haverá a conferência regional de Rio do Sul, na qual solicitaram extensão do prazo e foi concedido pelo CONEDE. Estamos com o processo licitatório no SGPe em andamento, no grupo gestor neste momento para aprovação da liberação dos recursos, a princípio agendada para 19,20 e 21 de março de 2024 na Grande Florianópolis. A Conselheira Juliana, que é membro da comissão da conferência ela sistematizou todas as propostas que vieram dos municípios, na qual quero agradecer ela, imensamente por fazer esse trabalho de ajustes das propostas, a Conselheira Janice organizou as moções que também vieram dos municípios, os delegados estou sistematizando para elaborar o grupo e passar o link da ficha de inscrição e confirmação da participação da conferencia estadual. Os conselheiros do CONEDE, todos são delegados natos na nossa conferência e puderem participar conosco. O governo federal solicitou informações sobre nossa conferencia e informaram que as passagens aéreas da sociedade civil serão por conta deles e dos governamentais será aqui pelo Governo do Estado. O Presidente Paulo fala que recebemos a abertura do processo conferencial, começamos em meados do ano passado, participamos em todas as regiões do Estado, e da regionalização conseguimos atingir um maior número de municípios do nosso Estado. O Secretário Alexandre agradece a todos os Conselheiros e ex Conselheiros que participaram de alguma forma, com palestras e tudo mais, que desde 2015 não tínhamos mais conferências e agora estamos prestes a realizar a nossa V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 11- Despacho do MPSC 33ª Promotoria – Sobre os remédios fornecidos pelo SUS. O Secretário Alexandre fez a leitura do despacho da Promotoria, onde faz o Indeferimento da nossa solicitação, pois se trata de um assunto individual, e o MPSC atua em causas coletivas. O usuário que fez a denúncia já foi informado da resposta e precisa entrar com processo individual. O Presidente Paulo relata que o cidadão em questão procurar outras instancias para entrar

com processo judicial para receber os remédios que necessita.12- *Ad Referendum*: Dispõe sobre a implementação do sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina – PL 059/2023. O Presidente Paulo fala que este projeto já foi colocado no grupo, lido e aprovado para enviar a resposta ao gabinete da SAS, algumas Conselheiras se manifestaram e em cima desta manifestação de ser favorável, mas que precisa ter capacitação da equipe para executar o sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo. Na qual foi aprovada. 13- Passe intermunicipal. O Conselheiro Fabeni relata que na Associação dos Cegos onde fazem as carteirinhas de passe livre intermunicipal, os documentos que pegamos no site da FCCE e encaminhamos para as pessoas com deficiência visual, preencher com o médico, na hora de entrar no sistema, pede o número do CPF do médico no momento de inserir. No documento que as pessoas levam para preencher, somente pede o número do CRM do Médico e os médicos não querem repassar o número do CPF, pois não consta na relação que consta no site da FCEE. Então eu gostaria de solicitar ao CONEDE, que envie um documento para FCEE pedindo para retirar o CPF do médico ou inclua o número do CPF na relação dos documentos para fazer a carteirinha. O Presidente Paulo delibera a sugestão do Conselheiro Fabeni para adequação do número do CPF do médico, na qual foi aprovado. 14- Deliberações das comissões: O Secretário Alexandre informa que foram realizadas duas reuniões de comissões uma foi sobre denúncia, na qual foi discutido sobre o edital ACT da Secretaria de Estado da Educação, na qual foi trazido aqui para esta plenária. A outra comissão de atos normativos não se reuniu. 15- Assuntos Gerais: O Presidente Paulo solicita se tem alguém escrito. Convida a todos a participarem da roda de conversa que será online no dia 16 de fevereiro via meet, com a participação do Coordenador Nacional do Novo Viver Sem Limite, o Presidente do Conede e Sabrina Mores que é Diretora de Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, esse evento será as 13h30min e terá interpretes de libras. 16- Encerramento: O Presidente Paulo agradece a participação de todos e assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo Secretário de Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail para ser aprovado na próxima reunião e publicado no site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família: https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10.Nossa reunião foi gravada e transmitida ao vivo no canal do youtube do Conede: https://www.youtube.com/@conedesc. Florianópolis, 01 de fevereiro de 2024.